

DINOSSAUROS, MICOS-LEÕES E TEORIA ECONÔMICA

Mário Duayer*

1. Introdução

Esta é uma quadra excêntrica da história. Costuma ser apelidada de *pós*, aludindo a um transitar para além de si mesma, mas se afirma derradeira. É cantada e sentida como fim da história e fim da ideologia. Praticamente um pleonasma, pois se ideologia significa imaginar o mundo humano, expurgar a imaginação é decretar o fim da história. Não que a necessidade de transformações seja negada. No entanto, são mudanças no interior do mesmo, reparos e decorações tópicas tornadas possíveis pela tecnologia. Porém, que a técnica pode fracassar na redenção do humano já o ilustrou, magistralmente, o filme *Blade Runner. After Marx*, no duplo sentido da palavra inglesa.

Estes são tempos de consenso, ou de *overlapping consensus*, maneira do pragmatismo americano idealizar a hegemonia incontrastada do pensamento liberal. São tempos em que a ideologia liberal, sem o socialismo de tocaia, desfruta de condições especiais de afirmação, talvez únicas na história. São tempos, então, em que há que se perguntar sobre o destino do dissenso. O que fazer com o dissenso e o que o dissenso pode fazer por si mesmo? Espécies em extinção devem ser deixadas à sua sorte? Devem resignar-se com tal destino? Este texto tematiza estas questões e outras que delas se desdobram. Tem por objetivo indagar sobre os efeitos da hegemonia liberal sobre as ciências sociais, em especial sobre a Economia. No caso do ensino, por exemplo, tal hegemonia tem conseqüências evidentes. Pois mesmo que o ensino universitário consistisse, se cabe a analogia, de uma espécie de instalação de *softwares* no *winchester* dos estudantes que, assim, estariam dotados das rotinas instrumentais, quase culinárias, necessárias para cuidar do mundo com eficácia, seria preciso ter absoluta certeza da inutilidade dos “antigos” *softwares* da dissensão antes de jogá-los no lixo da história. Certeza da qual, salvo melhor juízo, estamos distantes. No caso da Economia, por isso, parece temerário e prematuro *instalar* exclusivamente os *softwares* de arquitetura interna neoclássica. Assim, aconselha a prudência, parece necessário perseverar no desenvolvimento e na difusão dos outros *softwares* disponíveis. Claro que esta tarefa envolve um certo desconforto: ninguém aprecia ser porta-voz do arcaico, do antigo, do ultrapassado. Porém, talvez sirva de leniente a constatação de que nestes tempos o mundo costuma aparecer invertido, muitas vezes ocorrendo o antigo apresentar-se como novo e o conservador exibir-se revolucionário. É o caso da recente idolatria do mercado, que se quer novíssima ainda quando seja mais antiga do que revista de consultório dentário.

Deixando de lado a analogia com a informática, quando se trata de analisar como certa corrente teórica ganha hegemonia, pode-se fazê-lo, dentro de certos limites - e os resultados da análise estão condicionados por tais limites -, focalizando a assim chamada academia. Desde tal perspectiva, e considerando especificamente a Economia, uma vez que na Física ou na Biologia as questões seriam outras, parece provável que todos os Departamentos de Economia ainda não inundados pelo caudal neo-ortodoxo sejam hoje palco de disputas políticas internas, lutas intestinas, ainda que a imagem não seja de todo

(*) Professor Titular do Deptº. de Economia da UFF. Artigo publicado na revista *Pesquisa & Debate*, vol. 7., nº 2 (9), 1996.

agradável. Batalhas legítimas, não há o que reclamar, em torno de inteligibilidades particulares e antitéticas do mundo. Porém, se é lícito o combate, o que fazer com os caídos? Pois dele não resulta a morte do adversário, uma vez que aqui e alhures, ao contrário do que se difunde com irritante constância, professores costumam desfrutar de estabilidade. Se a vitória não necessariamente converte o adversário; se este continua vivo com suas convicções; e se, mais grave ainda, permanece ensinando por dever de ofício, como afinal se resolve a disputa? Qual o “destino” teórico desses Departamentos? Devem definir-se pela ortodoxia, juntando-se à multidão, ou, qual Arca de Noé, devem aglomerar diferentes espécies e, sobretudo, dar guarida a minguadas heterodoxias?

Pelo que se intui, mas igualmente pelo que se observa nos bastidores da academia, essas e outras são preocupações intensamente vividas. Heterodoxos de toda procedência alarmam-se à boca pequena - e grande também - com a avalanche ortodoxa nas agências de fomento, nas associações, vá lá, de classe, nas editorias de revistas e nas associações acadêmicas propriamente ditas. Surpreendem-se não com a ocupação territorial por parte da ortodoxia, pois estão instruídos por relatos mais ou menos satisfatórios que hegemonia, também na ciência, é ocupação de espaços - físicos, institucionais, etc. Assombram-se, na verdade, com o apetite da ortodoxia. Porque, sem dúvida, é a primeira vez que a observam quase monopólica. E se perguntam, ouve-se: como sobreviver a tal voracidade?

Que o problema da hegemonia liberal transcende o nosso combalido país é coisa que dispensa demonstração. Aqui o problema consiste, como ocorre com todos os produtos que importamos, no extravagante uso que dela se faz. Todos aqui se escandalizam, por exemplo, com o uso do telefone celular, mais comum nas zonas mais deprimidas desta infame nação, do que nas áreas mais abastadas de afluentes metrópoles. A julgar pelo que se vê no Rio, dir-se-ia que em Nova York toda criança traz um celular na cintura. Da mesma forma, a se levar em conta a difusão nacional da homilia liberal, poder-se-ia imaginar que as universidades americanas, rendidas enfim ao liberalismo, praticam o culto exclusivo e irrestrito às instituições e práticas mercantis. Esta tosca e empobrecida visão das coisas, por muitos compartilhada, é correlata da ideia de que o conhecimento progride de maneira linear e cumulativa. A consequência lógica desta noção é a de que a concepção hegemônica em um dado momento, pelo simples fato de ser compartilhada pela maioria, representa a síntese máxima de todo o saber em certa área e, por isso, supera em abrangência, elegância, eficácia, economia, etc. todas as concepções rivais. Pena que o mundo não é *that simple*!

Hoje, em muitos Departamentos de Economia, assiste-se a escaramuças e debates que, pode-se assumir, são lances admissíveis da disputa em torno de seu destino teórico. Devem os Departamentos alinhar-se com a maioria e definir-se pela ortodoxia? Tal disjuntiva é sem dúvida alguma dramática, pois não é coisa de pouca monta apartar-se da maioria. Este drama é vivido nos Departamentos de Economia em vias de anexação ao império ortodoxo. Trata-se, portanto, de problema de relevância municipal, nacional e - suspeito, sem querer ser pretensioso - internacional. Merece, por isso, as considerações a seguir. No fundamental, este texto terá cumprido seu propósito se servir para lembrar que o predomínio de uma corrente teórica não é resultado puro e simples, como querem alguns, do debate livre e desinteressado de ideias, e que a maioria nem sempre tem razão. Pois, como disse Lima Barreto, “se nós tivéssemos sempre a opinião da maioria, estaríamos no Cro-Magnon e não teríamos saído das cavernas”. Constatação que, aliás, parece ter-lhe custado sofridas temporadas em hospícios (Lima Barreto, 1995).

Preliminarmente, gostaria de arriscar a opinião de que neste país - para falar somente dele -, em economia, a heterodoxia parece imobilizada pelos movimentos da ortodoxia. Aqueles que, alheios ao *overlapping consensus*, permanecem fiéis às suas convicções parecem indagar atônitos: como é possível o falso desfrutar de tamanha difusão?¹ Questão que se desdobra em outra não menos complexa: como reagir à hegemonia asfixiante do adversário? Por exemplo, se Keynes, kuhnianamente, representou uma revolução, como reagir à neo-contra-revolução? Como reconstituir aquela “cultura” que, pela mera existência, legitimava os discursos científicos proferidos em seu interior? Que, por isso mesmo, dispunha de seus órgãos de divulgação - sem falar nos de fomento. E, até o momento da reconquista, como manter um mínimo de meios necessários ao cultivo de quadros indispensáveis à manutenção da cultura heterodoxa? Pois se as ideias não se reproduzem por si mesmas, se não existem platonicamente no espaço livres para serem colhidas, há que se contar com aqueles que têm como encargo mínimo sua conservação. Por outro lado, se a reação está no horizonte - não bastando, portanto, a simples conservação - há que se contar com a ampliação permanente do quadro de difusores. Em suma, como formar discípulos se escasseiam os próprios mestres? E se, na presença dos últimos, faltam recursos para financiar e veículos para divulgar suas pesquisas? Como enfrentar, nem tanto o pragmático temor dos discípulos de se verem alijados do assim chamado mercado de trabalho, das esferas do poder e do ganho imoderado, mas seu natural ceticismo quanto à possibilidade de haver vida inteligente fora da cultura ortodoxa? Enfim, como suplantar a avassaladora força de atração, material e espiritual, do discurso hegemônico?

Dura vida a das minorias. Nem tanto a vida das minorias que o são consciente e resignadamente. Assumem sua condição e não aspiram à universalidade. Mas a reserva e a desambição não podem ser atributos das doutrinas. A. Heller, nos tempos em que, a meu ver, escrevia coisas que mereciam uma leitura atenta, dizia que a ideia tinha por *telos* o império, que seu destino é a conquista, anexação de territórios rivais. Na Economia, as heterodoxias têm a mesma ambição. São compelidas a tanto e, por isso, não podem viver o relativo conforto do anonimato, da vida confinada. Porém, a se concordar com a versão kuhniana da vida das ciências, toda ciência “normal” foi um dia heterodoxa e, portanto, já experimentou as privações e padecimentos reservados aos que se apartam da norma.

Ainda que esbarrando no truísmo, ou constituindo uma descrição empobrecida do desenvolvimento das ciências, as ideias de Kuhn têm ao menos o mérito de aludir a um processo cujo decurso não é meramente natural. Das privações e sacrifícios impostos pela vida científica “subnormal” à fruição do conforto da ciência “normal” há, por suposto, um trabalho constante, mais ou menos consciente, voltado à suplantação do adversário. Keynes exortou: há que se atacar a ortodoxia em sua cidadela! Então, se hoje, na opinião de muitos, as heterodoxias defrontam-se com uma hegemonia incontrastada da neo-ortodoxia; se hoje a celebração do mercado parece prestes a fechar o cerco de seus domínios de modo a deixar de fora até mesmo as mais tímidas tentativas de controle social do mercado; e se, como se sugeriu antes, as heterodoxias não podem se contentar em viver em guetos, não é de todo irrelevante perguntar sobre as alternativas que se abrem ao pensamento heterodoxo. Pois excetuando-se aqueles que flexionam as convicções ao sabor dos eventos, seja por puro oportunismo, seja sob o pretexto de dar conta das “novas” circunstâncias - e não são poucos,

¹ Derrida (1995) ilustra magnificamente esta perplexidade em seu artigo “Spectres of Marx”, no qual aponta algumas das circunstâncias nas quais a hegemonia aqui referida tenta, segundo ele, instaurar sua “orquestração dogmática”.

nem uns nem outros -, não resta dúvida que se percebe hoje uma inquietação crescente diante daquilo que se pode denominar, tomando de empréstimo a amplíssima definição de Bobbio (1995), hegemonia da direita.

2. Preservação de Espécies e Preservação de Ideias

Gostaria de abordar este problema comentando, em primeiro lugar, uma pesquisa realizada por investigadores de uma universidade americana. Nela tratavam os cientistas de responder à seguinte questão: como teria sido a evolução das espécies se porventura o imenso corpo celeste que se precipitou sobre a Terra não tivesse ocasionado a extinção dos dinossauros e todos os seus gigantescos parentes e contraparentes. De posse da questão e, por necessidade teórica, de algumas hipóteses adicionais, - a mais saliente das quais, creio, postulava que as formas elementares de vida evoluem até uma espécie dotada de inteligência similar à humana -, os cientistas rodaram, muito embora computadores não rodem, um modelo de simulação. O resultado não foi de contentar a nós humanos. Pois, segundo a simulação, não fosse pelo acidente cósmico, no decurso natural da evolução das espécies os mamíferos não teriam tido a menor chance, de modo que, admitida a hipótese (do modelo) de que a vida termina por decantar uma espécie inteligente, a chamada civilização teria sido construída por descendentes dos *dinossaurínídeos* e não por nós, descendentes dos homínídeos. Sobre se esta hipotética civilização seria menos bárbara do que a civilização que vimos construindo não informaram os pesquisadores. De todo modo, mesmo que se dê um reticente crédito ao exercício - o mínimo que merecem estudiosos de universidades americanas -, não deixa de ser uma estranha sensação esta de imaginar que somos um simples produto de uma colisão cósmica. Deram sorte os pesquisadores por não serem contemporâneos de Galileu, pois é escândalo muito maior do que o de Galileu sugerir que o ser humano é mero produto do azar cósmico. Menciono tudo isso tão somente para sublinhar um senso-comum: a extinção dos dinossauros e o desenvolvimento de nossa espécie resultam de processos com decurso estritamente natural. A configuração do futuro, neste caso particular, foi produto do acaso. E o *Jurassic Park*, se não foi mais do que competente exercício de computação gráfica e fonte de rios de dinheiro para seus produtores, ao menos parece ter ilustrado que este mundo seria mesmo pequeno para nós e os dinossauros!

Mas os mundos inorgânico e orgânico desdobram-se indiferentemente ao que é lei ou acaso. No movimento perene em direção ao outro, ao futuro, pois é disso que consistem enquanto processualidade, são insensíveis ao novo que nasce e ao antigo que desaparece. O ser humano introduz complicações terríveis nesta dinâmica. Não que esteja ao seu alcance suprimir em toda a sua extensão aqueles processos naturais com suas legalidades e acasos. Porém, dentro de certos limites altera seus cursos. Nesse âmbito, tudo de novo que introduz jamais poderia emergir espontaneamente da natureza. Em contrapartida, o que desaparece em consequência de sua intervenção certamente teria outro destino, ainda que fatal, aos cuidados da natureza. No entanto, a complicação não reside no fato de que o futuro é supressão do presente. O problema não está em que o futuro produzido pelo ser humano, nos limites postos por sua atividade, faz desaparecer formas habituais do presente. A questão é que enquanto a natureza cria e extermina sem razão, o ser humano não pode dispensar a razão no criar e no exterminar.

E a razão é sempre humana. A razão que cria e que ao criar destrói; e a razão que preserva por ter destruído ao criar. Nós que, tropicais, temos que conviver não apenas com as baratas figuradas kafkianas, mas somos forçados a coabitar com as baratas propriamente ditas, deliberamos por exterminá-las. Paradoxalmente, entretanto, por vivermos criamos condições excepcionais para sua reprodução. Já pelos micos-leões nutrimos uma terna simpatia apesar de, por vivermos, condená-los à extinção. Ao que parece, decidimos pela sua preservação. Esta, por sua vez, depende de técnicas cujo domínio só foi possível pelo mesmo processo de desenvolvimento que os condenou à extinção. De todo modo, a vida - ou sobrevida - dos micos-leões não é mais um processo natural como o foi a vida e a morte dos dinossauros. Resulta de uma deliberação da razão humana. O homem foi tão longe na colonização do planeta que os processos naturais, apesar de insuprimíveis, transformam-se pelo efeito de processos cujo curso resulta da ação dos homens. A preservação das espécies é a manutenção artificial, por assim dizer, de determinadas formas de vida. E não importa se preservamos por curiosidade histórica ou por puro romantismo. Nem se a preservação tem um caráter estritamente utilitário, bem ao estilo dos tempos. Em todos os casos, mantém-se a diversidade do empório recebido da natureza. Há, inclusive, os que defendem a conservação do que ainda for possível conservar pelo simples fato de que a utilidade e a importância do patrimônio genético das diversas espécies para a própria humanidade são ainda uma incógnita. Preenchida esta lacuna de nossa ignorância, fica a questão, elaboraríamos uma lista de espécies extermináveis?

Talvez se possa considerar sob este prisma a preservação das ideias, de espécies de ideias. Afinal, sabe-se lá que tipo de desenvolvimento nos aguarda no próximo milênio? Se as espécies orgânicas preservadas podem mostrar-se indispensáveis no futuro, o mesmo arrisca acontecer com as espécies espirituais, as ideias. E o futuro, em ambos os casos, será diferente na ausência do que hoje é preservado. Mundo humano e mundo natural são, cada vez mais, mundos incompreensíveis sem a interveniência da razão e do juízo, da deliberação do ser humano. Com a fundamental diferença de que o mundo natural mantém sua natureza intrínseca independente das alterações promovidas pela intervenção humana, indiferente às ideias e valores, que lhe são externas, que presidem tal intervenção. No mundo social, ao contrário, as ideias e valores são imanentes, de modo que somente aquilo que for antes ideia pode vir a ser mundo. E, na medida em que a ideia envolve juízos sobre o mundo, o mundo social é realização de valores, sua objetivação. Por isso, uma ideia não preservada jamais poderá vir a ser mundo e o mundo jamais poderá ser objetivação daquela ideia.

Todas as ciências - biologia, física, geologia, cosmologia, etc. - parecem ter-se convencido de que lidam com processos. Por isso, cuidam de investigar a gênese de seus respectivos objetos e de sondar seus prováveis, mas certos, futuros. *Big bang*, *DNA*, etc. são hoje termos correntes nos meios de comunicação. E aludem justamente à abordagem ou método genético (histórico) das ciências. Método que, em última análise, significa o reconhecimento explícito da historicidade de seus objetos. Alheias a esta verdadeira coqueluche historicista nas demais ciências, as concepções liberais na Economia reafirmam o caráter terminal da forma mercantil da socialidade. Assim como no fundamentalismo religioso todas as verdades estão escritas ou reveladas em definitivo no Livro, na tradição - e há várias a escolher -, no fundamentalismo mercantil todas as verdades, qualidades, misérias, etc. do humano manifestam-se ou revelam-se no mercado. Num formidável salto para trás, chegamos finalmente ao que fora anunciado por A. Smith: o mercado é natureza humana.

Mas vai que a coisa seja diferente, que a verdade seja outra apesar da opinião *científica* da maioria atual. Fato que, a bem da verdade, cansou de ocorrer na história de muitas, senão de todas as ciências. E se o humano tiver atributos insuspeitados, alguns dos quais podem ser observados em outras esferas da vida social - apesar de invadidas por categorias mercantis? E se o objeto das ciências sociais, Economia incluída, for também histórico? E se esta historicidade manifestar-se como trânsito para além do mercado?

Já disse Walter Benjamim que todo monumento da civilização é, igualmente, monumento da barbárie. Não é possível saber se ele concordaria, entretanto, que há monumentos que são apenas monumentos de barbárie. Talvez tenha sido isto o que Marx quis dizer quando afirmou que a história só se repete como farsa. À primeira ocorrência histórica pode-se desculpar se, com a civilização, traz também consigo elementos de barbárie. Afinal, o homem não controla totalmente o decurso de sua história. Outra coisa, todavia, é a repetição da história que, sem nada acrescentar de civilização, repõe a conhecida barbárie. O fundamentalismo mercantil, a incontida glorificação contemporânea do mercado, agora globalizado, flexibilizado, desregulamentado, etc., parece enquadrar-se com perfeição no tipo de farsa ao qual aludia Marx.

Vamos admitir, por um momento, que a heterodoxia tem razão. Vamos imaginar que o mundo humano é histórico. E que, por isso, as relações mercantis que caracterizam a sociedade contemporânea sejam transitórias. Mesmo assim, não terá razão o fundamentalismo mercantil em insistir que não devemos nos ocupar com tal insondável futuro? Não escapa ao homem, afinal, o controle de sua história? A liberdade do humano não reside, enfim, na imprevisibilidade do futuro? Sondar cientificamente o futuro latente no presente não seria, então, uma reprovável interferência? Uma desistorização da história? De mais a mais, de que adiantaria a ciência ocupar-se com o futuro se não pode imediatamente converter-se em engenharia social? Não seria mais proveitoso deixar o mundo que temos funcionar a seu modo e, reconhecidas suas insuficiências, tentar remediá-las na medida do possível? Engenharia social por engenharia social, não seria melhor que nos ocupássemos em aperfeiçoar a engenharia social deste mundo, em lugar de despender esforços com o esboço da engenharia de um mundo que sequer existe? Em uma palavra, não é um imperativo sermos pragmáticos? Hoje, com o fim da história, com o fim da ideologia, não é o caso de substituir o discurso da emancipação pelo discurso da eficácia?

Claro que nem todas as heterodoxias econômicas tratam de vislumbrar um outro mundo humano para além do mercantil. Em geral, atentas para não serem incriminadas de metafísicas, cuidam para não transpassar o presente em sua palpável empiricidade - presumivelmente, o sólido terreno da ciência. Não obstante, por mirrada que seja a extensão do terreno histórico no qual se permitem transitar, tais heterodoxias advogam um fundamentalismo mercantil mitigado, negativo. Enquanto a ortodoxia só tem olhos para as qualidades do mercado e, por isso, roga por sua aparição em estado puro, perfeito, isto é, livre de interferências humanas, estas heterodoxias, ao contrário, não *crêem* no mercado, por assim dizer.² Vêem-no, antes, como um dado da questão a ser equacionada pela ciência.

² Incidentalmente, o mais eminente sacerdote brasileiro do fundamentalismo mercantil, Roberto Campos, constatou em crônica recente que o governo brasileiro, a despeito de adotar políticas imediatamente identificáveis com tal fundamentalismo, não o faz com a radicalidade necessária, e isto porque, na opinião do prelado, não *ama* o mercado. Terrível situação esta de ser tido por dissimulado tanto por aliados como por adversários!

Encaram o mercado mais ou menos como as outras ciências tratam os materiais e fenômenos da natureza. Coisas cujas propriedades devem ser conhecidas de modo a serem manipuladas com proveito. E o proveito, no caso da Economia, como no das demais ciências, é predicado ao ser humano.

Por isso são heterodoxas. Pois não estando o proveito definido pelo objeto, pelo funcionamento do mercado, como quer o fundamentalismo mercantil, abre-se a possibilidade de o mercado ser manipulado tendo em vista o proveito humano. Iconoclastas, tais heterodoxias refutam a possibilidade do mercado prover o ótimo. Em lugar de atribuir os graves problemas sociais e econômicos ao pecado da intervenção humana no livre operar do mercado, são céticas quanto à capacidade deste último solucionar tais problemas. Opinião herética responsável pelo cisma na Economia. E não custa muita imaginação para entender o motivo. Assim como o inocente saborear da maçã, o pecado da intervenção é a primeira de uma série de tentações. Controlar o mercado é, quando menos, um indício explícito de que o controle consciente da produção social é possível e desejável. E controlar a produção social nada mais significa do que subordiná-la a finalidades humano-sociais.³

As heterodoxias pretendem-se, portanto, o saber capaz de instrumentalizar tal controle. Por isso diferem do fundamentalismo mercantil num ponto essencialíssimo. Enquanto este último, sob a forma de teoria econômica, abdica voluntariamente em favor do mercado todo o sentido da produção social, ou recolhe da lógica interna da produção social reificada as finalidades que assume o encargo de instrumentalizar, as heterodoxias vêem-se na obrigação de resgatar de alguma maneira o papel do sujeito humano na definição, em seu proveito, das finalidades da produção social. Neste sentido, mesmo quando, para certas heterodoxias, o mercado apresenta-se como relação social insuperável, ainda assim têm sensibilidade para perceber que a lógica interna do mercado produz condições infames, eticamente insustentáveis. Por isso, sob a forma de teoria econômica, tais heterodoxias são forçadas a buscar finalidades exteriores à lógica do mercado. Mas buscar finalidades onde há interesses antitéticos é discutir valores. Portanto, enquanto o fundamentalismo mercantil suprime a questão dos valores e interesses por imaginar o mercado como instância supra-pessoal no qual aqueles se resolvem, a heterodoxia tem que reintroduzi-los, consciente ou inconscientemente.

3. Tal Valor Qual Teoria

Dispensa dizer que não há nada de muito novo nesta necessidade experimentada pelas heterodoxias em buscar o sentido da Economia fora da ciência. Max Weber, por exemplo, nas considerações que tece sobre a ciência enquanto profissão, trata explicitamente deste problema, focalizando em particular as ciências sociais. Comentando sobre o papel da ciência, Weber considera três ordens de contribuições positivas da “ciência para a vida prática e pessoal”. Em primeiro lugar, é a ciência que fornece os conhecimentos necessários

³ Marx, heterodoxo incorrigível, entre outras inúmeras passagens, assim exprimiu-se sobre tal questão: “No *mercado mundial* desenvolveu-se em tal nível o *nexo do indivíduo* com o todo, mas ao mesmo tempo também a *independência deste nexo em relação aos próprios indivíduos*, que sua formação já contém simultaneamente a condição para sua própria superação”. Marx, K. (1977: 159).

ao domínio técnico da vida, “tanto no que se refere à esfera das coisas exteriores como ao campo da atividade dos homens”. Tal justificação da ciência por meio de sua eficácia no plano prático imediato, no entanto, não a distinguiria substancialmente de saberes não científicos identicamente eficazes na prática. Em segundo lugar, a ciência proporciona os “métodos de pensamento, isto é, os instrumentos e a disciplina”. Ainda assim, todavia, a ciência não difere de outros conhecimentos práticos, posto que distingui-la pelos métodos que subministram equivale a justificá-la pela eficácia, uma vez que é esta que, ao validar a ciência, chancela os métodos utilizados por esta última. A ciência apresenta também uma terceira vantagem, segundo Weber: ela “contribui para a *clareza*”. Com o concurso da ciência, pensa Weber, pode-se assumir conscientemente uma posição diante de um problema de valor. Adotada a posição, a ciência indica os meios para sua realização. (Weber, 1980: 45)

Em suma, a clareza da ciência consiste em estabelecer o vínculo existente entre certos meios e determinados fins. Neste particular, há um paralelismo entre ciência e técnica. Pois em ambos os casos, como sublinha Weber, trata-se do nexa entre meios e fins. Não obstante, há uma diferença crucial: “geralmente, o técnico dispõe, antecipadamente, de um dado... essencial, o *objetivo*. Porém, quando se trata de problemas fundamentais, o objetivo não nos é dado”. Em outras palavras, enquanto não importa à técnica o caráter exterior dos fins que cuida de realizar, à ciência não é permitida tal distração. Pois, para Weber, a especificidade da ciência reside precisamente em sua capacidade de trazer à consciência os fins sem, contudo, adotá-los. Esta é, em sua opinião, a quarta e *última* contribuição da ciência, já que além dela não haveria outras:

“Os cientistas podem - e devem - mostrar que tal ou qual posição adotada deriva, logicamente e com toda certeza, do *significado* de tal ou qual visão última e básica do mundo. Uma tomada de posição pode derivar de uma visão do mundo ou de várias, diferentes entre si. Dessa forma, o cientista pode esclarecer que determinada posição deriva de uma e não de outra concepção. [...] A ciência mostrará que, adotando tal posição, certa pessoa estará a *serviço de um Deus e ofendendo outro*... Eis o que a ciência pode proporcionar... [Considerações que] têm por base... a seguinte condição fundamental: a vida, enquanto encerra em si mesma um sentido e enquanto se compreende por si mesma, só conhece... a incompatibilidade das atitudes últimas possíveis, a impossibilidade de dirimir seus conflitos e, conseqüentemente, a necessidade de se decidir em prol de um ou de outro.” (ibid.: 46-7)

Para Lukács (1984: 673), esta concepção weberiana de ciência, apesar de trágico-patética, ao menos tem o mérito de não suprimir os conflitos da vida social. Trágica pela incompatibilidade última dos valores. Patética porque a forma mais elaborada e sistemática de conhecimento, a ciência, nada mais pode fazer senão atestar aquela incompatibilidade. Este não é o lugar para considerar aqueles que, segundo Lukács, são os limites e o caráter da consciência humana diante da estrutura complexa e heterogênea do ser social. No entanto, interessa frisar aqui dois pontos de sua crítica a Weber. Por um lado, apesar de discordar de Weber, sublinha que sua concepção de ciência está predicada a uma visão do mundo social, a uma ontologia do ser social, na qual, ao contrário das posições neopositivistas, os conflitos não são “revogados”. Por isso, diz Lukács, dada a interação dinâmica de forças antitéticas e heterogêneas presentes na sociedade, parece razoável, como quer Weber, conceber que se está confrontado ou com o caos ou com “um campo de batalha de valores contrapostos no qual é difícil orientar-se, e no qual parece duro para o indivíduo (às vezes até impossível) vislumbrar uma concepção de mundo capaz de suprir um fundamento para sua decisão entre

alternativas.” (ibid.) Por outro lado, portanto, em uma ontologia, como a de Weber, que não suprime abstratamente os conflitos entre valores, parece restar à ciência duas alternativas: ou circunscreve-se ao papel de “trazer à consciência” o nexos entre meios e fins (valores), alternativa preferida por Weber, ou assume de modo explícito e claro que, ao “trazer à consciência” o caráter imanente dos valores, não pode neste mesmo ato ser neutra e indiferente em relação aos mesmos.

A despeito de distintas, as duas atitudes possíveis que se depreendem da análise de Weber afirmam aquilo que nos interessa aqui enfatizar: de um lado, é impossível justificar a ciência seja pela eficácia na manipulação do mundo, seja pelos métodos que supre; de outro, assim como a técnica, a ciência lida sempre com fins humano-sociais mas, ao contrário daquela, não pode tomá-los como um dado inquestionável. É claro que a concepção de Weber subentende a possibilidade de neutralidade da ciência e, por conseguinte, do cientista, em relação aos valores. A ciência restringe-se, como se viu, a indicar o nexos entre determinados valores e meios apropriados. Sintetizada em um *slogan*, sua concepção diria: *Tal valor qual ciência*. No entanto, parece haver aqui uma incongruência, pois se a cada sistema de valores corresponde uma ciência e se, ademais, são os cientistas que fazem a ciência, parece improvável o cientista encontrar o ponto de onde observaria imparcialmente o nexos entre valores e meios. De tão inverossímil, tal ponto ético de equilíbrio, cujas ressonâncias em Popper e Schumpeter, por exemplo, são evidentes, sugere na verdade que os valores integram desde a sua gênese o discurso científico, sendo dele inseparáveis.

Latente em Weber já no início deste século, para não mencionar pensadores ainda mais antigos, este caráter insuprimível dos valores na constituição do saber científico teve que esperar quase meio século para readquirir legitimidade nos meios acadêmicos. No caso particular da Economia, foi necessário, como procuro mostrar em outro texto (Duayer, 1995, Capítulo 3), o esgotamento das desventuras da epistemologia para que, com o concurso das ideias de Kuhn, o propósito de fundar uma ciência positiva do econômico, posta a salvo dos valores, da ideologia, etc., estivesse tão desmoralizado a ponto de McCloskey anunciar, em respeitáveis *journals*, que a Economia é mera retórica.

Há algo de realmente espantoso na capacidade de adaptação das teorias de inspiração neoclássica às transformações na filosofia da ciência. Desde a época áurea em que, apoiando-se no positivismo lógico, a ciência econômica julgava estar próxima a adquirir o mesmo estatuto científico da física, até o advento “crítico” das noções kuhnianas e lakatosianas, que colocam em questão as pretensões do positivismo lógico em apartar os fatos dos valores, durante todo este período a ciência econômica não se deslocou um palmo da visão de sociedade e de economia sobre a qual se estrutura. Na opinião de Mirowski, nenhuma das transformações “metodológicas” experimentadas pela teoria econômica neoclássica alterou as noções básicas sobre a sociedade, o ser humano e a economia. De sua versão walrasiana, mais ao estilo da cientificidade da física, até sua defesa baseada em argumentos pós-modernos, com McCloskey, sempre se trata de reafirmar, direta ou indiretamente, as ideias fundamentais subjacentes à metáfora originada da física. Se o procedimento da teoria neoclássica tem sido sempre, no fundamental, metafórico, aparentemente não constitui qualquer inconveniente adotar, pelas mãos de McCloskey, a desqualificação da verdade advogada pelo pragmatismo pós-moderno rortiano. Basta, para tanto, que a teoria neoclássica

“[suprima] todos os componentes desconfortáveis ou tolos da metáfora construída pelos patriarcas - o que, aliás, os modernos neoclássicos têm feito, faça chuva ou faça sol, com sua cega concentração nos aspectos técnicos da matemática - e avaliar a “engenho” do produto resultante por meio de seus critérios gerados internamente”. (Mirowski, 1987: 87)

Para colocá-lo em termos bastante esquemáticos, este processo de reformulação inicia-se pela negação positiva da ontologia, fase durante a qual a ciência econômica sofre a influência decisiva de diferentes posições filosóficas positivistas, para experimentar uma inflexão nas últimas décadas e apresentar-se como negação negativa da ontologia, desta vez sob a influência de posições filosóficas por alguns denominadas de antipositivistas, representadas seja por teóricos da filosofia da ciência como Kuhn, Lakatos, Feyerabend etc., seja por tendências filosóficas mais gerais como o pragmatismo, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. A negação da ontologia é o que, por um lado, confere unidade ao processo. O tipo de negação, por outro, empresta-lhe a aparência de inflexão e mudança substantiva. Enquanto negação equivale praticamente à autonomização da gnosiologia. De maneira que, as fases do processo, que por empréstimo aos termos da própria ciência econômica apelidamos de positivista e anti-positivista, sinalizam, a primeira, o compromisso da ciência econômica, em particular a neoclássica, com os preceitos gnosiológicos de demarcação científica e, a segunda, a rejeição, radical às vezes, já outras nem tanto, de tal compromisso. O cometimento na primeira fase era, portanto, a demarcação entre ciência e não-ciência. E a ciência econômica cuidava de fugir da fronteira, à qual se via ameaçada na condição de ciência social. Com este propósito, é bom aduzir, tinha vista comprida para os métodos das ciências da natureza, em particular os da física. Era a época, cândida, dos testes empíricos, das verificações, confirmações e falsificações.

Na segunda fase, pelo contrário, tudo vira ao avesso. Pois a refutação da gnosiologia tem que ser em bloco, total, completa, posto que fora antes autonomizada. Rejeitar o positivismo implicou descartar seu critério exclusivo, as regras epistemológicas derivadas da gnosiologia. Conseqüentemente, implicou abolir toda possibilidade de discriminação entre tipos de conhecimentos, uma vez que esta se fundava exclusivamente em critérios gnosiológicos. É que os fatos (dados), que antes verificavam, depois confirmavam e adiante falsificavam as proposições e, por estas vias, separavam o científico do não-científico, distinguiram o racional do irracional, apartavam a verdade da falsidade, estes fatos, como se veio posteriormente a descobrir e, mais grave, com desafetada surpresa, eram já produtos da linguagem, vinham carregados de interpretação, de preconceções, noções metafísicas, interesses, etc. Não custou concluir que sustentar o caráter científico do conhecimento com base em fatos produzidos pelo conhecimento envolvia uma tautologia lamentável. E, vale recordar, como a verdade, o racional, a possibilidade de conhecer o real, dependiam com exclusividade dos procedimentos gnosiológicos, foram todos postos fora junto com a água e o balde. Esta é a época, cética e pragmática, dos modelos que não mais representam a realidade, mas se pretendem simples instrumentos operativos da prática imediata. Dado o colapso do real, e a conseqüente identidade entre literatura e ciência, a Economia torna-se literatura escrita no idioma matemático.

Esta “virada antipositivista” da ciência econômica, neste sentido, pode ser compreendida como o lance mais recente de um longo processo de formulação e reformulação de suas bases filosóficas e metodológicas. Assim encarada, a “virada antipositivista” parece constituir o desfecho adequado e previsível de um processo que teve como diretriz a negação de toda ontologia. Entretanto, como a ontologia é negada como

metafísica mas, por outro lado, é reconhecida como pressuposto de todo discurso, sistema de crenças, paradigma, esquema conceitual, etc., a única solução logicamente plausível é o relativismo ontológico. No qual, é óbvio, a ontologia é simultaneamente afirmada e negada.

Tal relativismo ontológico, latente já em Weber, como se viu, pode ser traçado a tendências muito mais antigas. Ainda que este não seja o momento de tratar desta questão, vale lembrar que Lukács (1984) vê o Cardeal Bellarmino, por ocasião do *affair* Galileu, como o idealizador da conciliação da ontologia religiosa com as ontologias subentendidas nas ciências da natureza que então experimentavam prodigioso desenvolvimento. Na mesma linha, Norris estabelece um paralelo entre esta tentativa de conciliação da ontologia científica com a ontologia cristã, por parte de Bellarmino, e as propostas de Quine-Duhem, uma vez que este último autor era tanto um filósofo da ciência como católico praticante, interessado portanto em negociar uma trégua entre a ciência e a doutrina católica (Norris, 1995: 120). Segundo o mesmo autor, todas as correntes que compartilham do relativismo ontológico têm em comum

“a convicção nominalista de que “verdade” é simplesmente o termo honorificamente conferido aos itens de crença que conseguiram prevalecer - por qualquer meios estratégicos ou retóricos - na disputa por terreno elevado do “conhecimento” científico e do “progresso”. (ibid.: 110)

O propósito aqui não é o de polemizar com tal relativismo ontológico. O próprio texto de Norris procura fazê-lo, sem mencionar obras de mais fôlego, e desde uma outra perspectiva, como a *Ontologia do Ser Social*, de G. Lukács. Interessa tão somente frisar que a crítica ao programa positivista e neopositivista ou, como o coloca Rorty (1991), à razão ocidental, desloca o problema do conhecimento, da verdade, da ciência, enfim, da demarcação entre o científico e o não científico, do terreno gnosiológico (epistemológico) para o terreno ontológico. Seja a verdade das coisas mero construto lingüístico, discursivo, como quer a posição nominalista, seja a verdade das coisas capturável pelo conhecimento, como querem as posições realistas, o fato é que as visões de mundo e, portanto, os valores e interesses intervêm na constituição do saber.

Ambas as posições, portanto, atestam a inapelável promiscuidade entre fatos e valores e refutam, por conseguinte, a pretendida castidade do conhecimento científico. Mas de tal promíscua convivência podem prosperar atitudes diversas. Por um lado, ela pode dar lugar a atitudes que valorizam o papel da visão de mundo e da ideologia na construção de teorias e, por conseguinte, nelas localizam não apenas as instâncias que justificam um dado conhecimento científico mas, igualmente, as esferas desde as quais se pode perguntar sobre o sentido do conhecimento para a vida humano-social. Por outro lado, é possível igualmente emergir uma atitude cético-instrumental, que concebe negativamente a ideologia e, impossibilitada de eliminá-la, conscientemente ou não, decide por sua sublimação.

Parece-me que o fundamentalismo mercantil, sob a forma de teorias econômicas de inspiração neoclássica, adota a última atitude, e o faz por intermédio de duas estratégias diferentes. Amparado na objetividade do mercado - das relações mercantis -, a cujas lógica e finalidades capitula com gosto, procura apresentar-se como saber mais adequado e eficaz, como racionalidade instrumental em perfeita sintonia com a constituição do objeto. E, se a objetividade do mercado na verdade tem por pressuposto uma subjetividade igualmente objetiva, não há como não conceder que o fundamentalismo mercantil, enquanto

subjetividade científica, é a que mais se aproxima da subjetividade que o mercado objetivamente requer. É justamente nesta identidade entre objetividade e subjetividade, garantida pela renição incondicional da segunda à primeira, que se baseiam as estratégias de sublimação dos valores antes mencionada.

Na condição de subjetividade em conformidade com o objeto, o fundamentalismo mercantil pode apresentar-se pura e simplesmente como racionalidade instrumental ou como saber consensual, *overlapping consensus*, dos praticantes da profissão. Em ambos os casos, diria Weber, a justificativa da ciência está predicada à eficácia, a sua contribuição “para a vida prática e pessoal”, à reprodução das relações mercantis. Mas o próprio Weber sublinhou que tal justificativa é de todo insuficiente quando as questões de sentido (de valor) estão envolvidas. Por esta razão, este primeiro tipo de sublimação é mais tosco e inconseqüente. Sob a forma de irrefletida racionalidade instrumental, afirma-se, por isso mesmo, confiante meio eficaz para a realização de finalidades sobre cujo conteúdo não considera relevante indagar. Varian (1993) ilustra com rara franqueza esta rústica posição. Para o autor, a economia neoclássica justifica-se pelo fato de ser uma *policy science* e, nesta medida, ter como finalidade “melhorar a vida das pessoas”. Segundo ele, é um equívoco comparar a ciência econômica com a física. A comparação mais apropriada seria com a engenharia. Pois, assim como a engenharia, a ciência econômica é uma ciência prática. Melhor analogia, assegura Varian, seria com a odontologia, pois se “os dentistas dizem que podem tornar melhor a vida das pessoas, o mesmo pretendem os economistas”. Paralelo que lhe permite concluir confiante: “a odontologia e a economia têm a mesma premissa metodológica: *we value what is useful*” (ibid.: 2) Em outras palavras, para o autor a Economia neoclássica não só não se constitui propriamente uma teoria como sequer constrói uma inteligibilidade particular do mundo. Para uma tal concepção ocorreria-nos indagar: como poderemos saber *what is useful*?

O segundo tipo de sublimação é mais sutil e sofisticada. Costuma estar associada ao nome de McCloskey, mas responde igualmente pelos apelidos de pós-moderno, pragmático, kuhiano, paradigma, etc. Geralmente está associada à contribuição de Kuhn, segundo a qual a ciência legitima-se inteiramente em função do paradigma sobre o qual está estruturada. O conjunto de problemas que prioriza, assim como os métodos que preconiza, são todos referidos ao paradigma. Desde tal ótica, portanto, a ciência não se refere à realidade, seus critérios de confirmação de hipóteses, por serem internos, não contrastam o conhecimento como a realidade *out there*. Os interesses e valores pressupostos pelo paradigma determinam decisivamente os problemas a serem priorizados e, simultaneamente, as soluções desejáveis - ou seja, os critérios de avaliação de sua eficácia são igualmente internos ao paradigma. Nesta visão holista, naturalmente, não há lugar para o indivíduo cientista, esta figura espectral desprovida de valores e interesses, que observa os paradigmas, como mercadorias expostas em prateleiras de um mercado fictício de ciências, e escolhe a que melhor lhe aprouver. Porque sua capacidade de escolher as alternativas está excluída *a priori*, uma vez que seu aprendizado enquanto cientista é imediatamente sua imersão em um paradigma. Representa internalização de valores, interesses, enfim, contaminação metafísica. Referindo-se à concepção de Kuhn, Rorty sintetiza a atitude que aqui estamos pretendendo caracterizar: a ciência, qualquer ciência, é tão somente uma malha de crenças que nos habilitam a lidar com uma seção do mundo, e que dispensa qualquer referência ao mundo *out there*, pelo singelo fato de que contém em si mesma os dispositivos de auto-justificação. Se assim é, o segundo tipo de sublimação está perfeitamente justificado. Se ser da profissão é necessariamente estar

imerso no *overlapping consensus* que ela pressupõe, se é irremediável assumir os valores, a ideologia, a visão de mundo da profissão, então seus praticantes, apesar da consciência de que são ideólogos, a têm tranqüila. Pois se trabalhar é preciso e, ao que parece, não há como trabalhar como economista sem ser ideólogo do fundamentalismo mercantil.

Tal estratégia, porém, como sublinha Mirowski, nada mais significa do que o “teste do mercado” travestido de filosofia pós-moderna. Representa, em outras palavras, a justificação da teoria pelo fato de que “funciona”. Funciona porque “vende”, ou seja, é hegemônica. Mirowski faz um perfeito paralelo entre arte, ciência e, adicionaríamos, a política, sugerindo que, quando em qualquer uma destas esferas está interdita por antecipação qualquer questão que indague por algum sentido para além do seu vocabulário interno, o único critério que resta é o da utilidade instrumental - a *realpolitik*.

“Assim como a versão da *realpolitik* para a grande arte é a arte que ainda vende, a versão da *realpolitik* para a grande teoria econômica é a coisa que os neoclássicos ainda incutem em sala de aula”. (Mirowski, 1987: 87)

Em síntese, ambas as atitudes de sublimação dos valores reduzem-se, com racionalizações distintas, à racionalidade instrumental. Razão pela qual têm também em comum a estetização dos meios (formalismo). Quando a ciência ela mesma se concebe como meio para a objetivação de fins externamente dados; se, afinal, não lhe importa o seu produto, ou, em outras palavras, os carecimentos sociais que satisfaz, que são o seu sentido último, então resta-lhe tão somente encontrar sentido nos meios dos quais se utiliza, estetizando-os.

Todo ofício tem suas regras, procedimentos, rotinas e habilidades. Mais do que isso, todo ofício tem suas finalidades. Em outros termos, todo ofício pressupõe, por um lado, uma racionalidade técnico-instrumental. Por outro, tal racionalidade tem por pressuposto finalidades determinadas exteriormente ao ofício. Os ofícios, com suas racionalidades e finalidades, administram e constróem o mundo. Mas se os ofícios são construção e administração do mundo, neles há sempre uma tensão latente. Pois, ao contrário da administração do mundo, que pode contentar-se com finalidades exteriores dadas, a construção do mundo indaga sobre as finalidades.

Nada a reclamar se o fundamentalismo mercantil se quer mero ofício. É de sua natureza. Parodiando Weber, o fundamentalismo mercantil serve aos deuses do mercado. E as heterodoxias econômicas, por outro lado, que se perguntam pelas finalidades e, por isso, não se querem apenas ofício, mas reivindicam-se ciência, a que deuses servirão?

4. Referências Bibliográficas

- Bobbio, N. 1995. *Direita e Esquerda*. São Paulo: Unesp.
 Derrida, J. 1995. “Spectres of Marx”. *New Left Review*, 205:31-58.
 Lima Barreto 1995. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Ática.
 Lukács, G. 1984. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Darmstadt: Luchterhand.
 Marx, K. 1977. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*. Harmondsworth: Penguin Books.

- Mirowski, P. 1987. "Shall I Compare Thee to a Minkowski-Ricardo-Leontief-Metzler Matrix of the Mosak-Hicks Type. Or, Rethoric, Mathematics, and the Nature of Neoclassical Economic Theory". *Economics and Philosophy*, 3: 67-96
- Norris, C. 1995. "Truth, Science, and the Growth of Knowledge". *New Left Review*, 210:105-123.
- Rorty, R. 1991. *Objectivity, Relativism, and Truth*, Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stettler, M. 1995. "The Rhetoric of McCloskey's Rhetoric of Economics". *Cambridge Journal of Economics*, 19: 391-403.
- Varian, H. R. 1993. "What Use is Economic Theory". Paper preparado para a Conferência *Is Economic Becoming a Hard Science?*, Paris, mimeo.
- Weber, M. 1980. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix